

ODETE MEDAUAR

# DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO

23ª edição revista e atualizada

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

© Editora Revista dos Tribunais: 1ª edição: 1996 – 2ª edição: 1998 – 3ª edição: 1999 – 4ª edição: 2000 – 5ª edição: 2001 – 6ª edição: 2002 – 7ª edição: 2003 – 8ª edição: 2004 – 9ª edição: 2005 – 10ª edição: 2006 – 11ª edição: 2007 – 12ª edição: 2008 – 13ª edição: 2009 – 14ª edição: 1ª tiragem: janeiro de 2010; 2ª tiragem: julho de 2010 – 15ª edição: 2011; – 16ª edição: 2012; – 17ª edição: 2013; – 18ª edição: 2014 – 19ª edição: 2015 – 20ª edição: 2016.

© 2018 Editora Fórum Ltda. 21ª edição

2020 22ª edição

2023 23ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M488d	Medauar, Odete
	Direito Administrativo Moderno/ Odete Medauar. 23. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2023. 456p.; 17x24cm ISBN: 978-65-5518-482-2
	1. Direito Administrativo. 2. Ciência da Administração. 3. Direito Urbanístico. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 23. ed. rev., e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 456p. ISBN 978-65-5518-482-2.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 23ª EDIÇÃO	
<b>ODETE MEDAUAR</b> .....	19
APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO	
<b>ODETE MEDAUAR</b> .....	21
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	
<b>ODETE MEDAUAR</b> .....	23
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO .....	25

### CAPÍTULO 1

#### PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....

1.1	Estado e direito administrativo .....	27
1.2	Estado democrático .....	28
1.3	Estado de direito .....	29
1.4	Estado social .....	29
1.5	Estado e sociedade .....	29
1.6	Separação de poderes .....	30
1.7	Administração Pública e reforma administrativa .....	31
	Bibliografia .....	32

### CAPÍTULO 2

#### O DIREITO ADMINISTRATIVO .....

2.1	Conceito e objeto .....	33
2.2	Origem e desenvolvimento .....	34
2.3	O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos .....	35
2.4	Primórdios do direito administrativo no Brasil .....	36
2.5	Características gerais do direito administrativo .....	37
2.6	O direito administrativo e outros ramos do direito .....	38
2.7	Direito administrativo e ciência da Administração Pública .....	39
2.8	Formas de expressão do direito administrativo .....	40
	Bibliografia .....	42

### CAPÍTULO 3

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS .....

3.1	Conceito de Administração Pública .....	45
3.2	Administração, legislação e jurisdição .....	46
3.3	Administração e governo .....	47
3.4	Administração e Constituição .....	48
3.5	Administração no Estado Federal .....	48
3.6	Personalidade jurídica e Administração Pública .....	49
3.7	Estrutura fundamental da Administração no Brasil .....	50
3.8	Desconcentração administrativa .....	51
3.9	Órgãos públicos: conceito e classificação .....	52
3.10	Hierarquia .....	55
3.10.1	Delegação de competência .....	56
3.10.2	Avocação .....	57
3.11	Descentralização administrativa .....	57
	Bibliografia .....	59

### CAPÍTULO 4

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA .....

4.1	Conceito .....	61
4.2	Estrutura básica da Administração direta federal .....	62
4.3	Presidência da República .....	62
4.4	Ministérios .....	62
4.5	Estrutura básica da Administração direta estadual .....	63
4.6	Estrutura básica da Administração direta municipal .....	64
4.7	Administração do Distrito Federal .....	64
4.8	Órgãos com situação peculiar .....	64
	Bibliografia .....	65

## CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	67	
5.1	Conceito .....	67
5.2	Autarquias .....	70
5.2.1	Noção .....	70
5.2.2	Regime jurídico .....	71
5.2.3	Controles .....	72
5.2.4	Autarquias especiais .....	73
5.2.4.1	Autarquias universitárias .....	73
5.2.4.2	Agências reguladoras .....	74
5.2.5	Autarquia qualificada como agência executiva .....	80
5.3	Fundações públicas .....	80
5.3.1	A fundação no direito civil .....	80
5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo poder público .....	81
5.3.3	Evolução do tratamento legal .....	83
5.3.4	Noção de fundação pública .....	83
5.3.5	Regime jurídico .....	85
5.3.6	Controles .....	85
5.3.7	Fundações universitárias .....	86
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva .....	87
5.4	Empresas públicas .....	87
5.4.1	As chamadas “estatais” .....	87
5.4.2	Noção de empresa pública .....	89
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas .....	90
5.5	Sociedades de economia mista .....	94
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista .....	95
5.6	Estatais e privatização .....	95
5.7	Entes com situação peculiar .....	97
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais .....	97
5.7.2	Fundações de apoio .....	98
5.7.3	Empresas controladas pelo poder público .....	99
5.7.4	Serviços sociais autônomos .....	99
5.7.5	Terceiro setor parceiro .....	100
5.7.5.1	Organizações sociais .....	100
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público .....	102
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a Administração .....	104
	Bibliografia .....	106

## CAPÍTULO 6

ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	109	
6.1	Multiplicidade de atuações .....	109
6.2	Tipologia das atividades administrativas .....	109
6.3	Poder e função no âmbito administrativo .....	112
6.4	Poder vinculado .....	113
6.5	Poder discricionário .....	114
6.5.1	Terminologia .....	114
6.5.2	Evolução conceitual .....	115
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário .....	115
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo .....	116
6.5.5	Justificativa do poder discricionário .....	117
6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário .....	117
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário .....	118
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados .....	119
6.6	Poder regulamentar .....	120
6.7	Poder normativo .....	121
6.8	Poder hierárquico .....	121
6.9	Poder disciplinar .....	121
	Bibliografia .....	123

## CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	125	
7.1	Noção .....	125
7.2	Relevância dos princípios .....	125
7.3	Tipologia .....	126
7.4	Princípio da legalidade .....	126
7.4.1	Aspectos genéricos .....	126
7.4.2	Significado operacional .....	127

7.5	Princípio da impessoalidade.....	128
7.6	Princípio da moralidade administrativa.....	129
7.6.1	A chamada Lei Anticorrupção.....	130
7.6.1.1	<i>Compliance</i> .....	133
7.7	Princípio da publicidade.....	133
7.7.1	Proteção de dados pessoais.....	135
7.8	Princípio da eficiência.....	136
7.9	Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade.....	137
7.9.1	O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.....	137
7.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	138
7.11	Princípio da proporcionalidade.....	138
7.12	Princípio da continuidade.....	139
7.13	Princípio da presunção de legalidade e veracidade.....	139
7.14	Princípio da autoexecutoriedade.....	140
7.15	Princípio da autotutela administrativa.....	140
7.16	Princípio da segurança jurídica.....	140
7.16.1	Segurança jurídica e os novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	141
	Bibliografia.....	142

## CAPÍTULO 8

ATO ADMINISTRATIVO.....	145	
8.1	Ato administrativo e Estado de direito.....	145
8.2	Conceito de ato administrativo.....	145
8.3	Elementos.....	146
8.3.1	Terminologia e elenco.....	146
8.3.2	Agente competente.....	147
8.3.3	Objeto.....	147
8.3.4	Forma.....	148
8.3.5	Motivo.....	148
8.3.6	Fim.....	149
8.3.6.1	Interesse público.....	149
8.4	Perfeição, vigência, validade e eficácia.....	150
8.4.1	Retroatividade e irretroatividade.....	151
8.5	Notas peculiares.....	152
8.6	Tipologia.....	152
8.6.1	Critério do objeto.....	153
8.6.2	Critério da forma de expressão.....	153
8.6.3	Critério da margem de escolha.....	157
8.6.4	Critério do âmbito de repercussão.....	158
8.6.5	Critério dos destinatários.....	158
8.6.6	Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	158
8.7	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	159
8.8	Ato de governo.....	159
8.9	“Não ato”: silêncio, omissão.....	160
8.10	Defeitos do ato administrativo.....	160
8.10.1	Incompetência.....	160
8.10.2	Ilegalidade do objeto.....	161
8.10.3	Defeito de forma.....	161
8.10.4	Defeito de motivo.....	161
8.10.5	Defeito do fim.....	162
8.11	Desfazimento do ato administrativo.....	162
8.11.1	A questão das nulidades em matéria de ato administrativo.....	162
8.11.2	Os principais meios de desfazimento.....	164
8.11.3	Anulação do ato administrativo.....	165
8.11.4	Revogação do ato administrativo.....	167
8.11.5	Cassação.....	168
8.12	Preservação do ato administrativo.....	168
8.12.1	Convalidação.....	168
8.12.2	Ratificação.....	168
8.12.3	Conversão.....	169
8.13	Os novos preceitos da LINDB e o ato administrativo.....	169
	Bibliografia.....	170

## CAPÍTULO 9

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	171	
9.1	A processualidade ampla.....	171
9.2	Processo ou procedimento administrativo.....	172

9.3	Finalidades do processo administrativo .....	173
9.3.1	Garantia .....	173
9.3.2	Melhor conteúdo das decisões .....	173
9.3.3	Legitimação do poder .....	173
9.3.4	Correto desempenho da função .....	174
9.3.5	Justiça na Administração .....	174
9.3.6	Aproximação entre Administração e cidadãos .....	174
9.3.7	Sistematização de atuações administrativas.....	174
9.3.8	Facilitar o controle da Administração .....	174
9.4	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais .....	175
9.4.1	Litigantes em processo administrativo .....	175
9.4.2	Acusados no âmbito administrativo.....	175
9.5	O devido processo legal no âmbito administrativo .....	176
9.6	Princípios do processo administrativo .....	176
9.6.1	O princípio do contraditório.....	176
9.6.2	O princípio da ampla defesa.....	177
9.6.3	O princípio da razoável duração do processo.....	179
9.6.4	O princípio da oficialidade .....	179
9.6.5	O princípio da verdade material.....	180
9.6.6	O princípio do formalismo moderado .....	180
9.7	Tipologia do processo administrativo.....	181
9.8	Fases do processo administrativo .....	181
9.9	Jurisprudência.....	182
9.10	Codificação do processo administrativo – A Lei 9.784/99 .....	183
	Bibliografia .....	186

## CAPÍTULO 10

LICITAÇÃO .....	189	
10.1	Conceito .....	189
10.2	Legislação básica .....	189
10.3	Incidência.....	190
10.4	Observações preliminares: inovações e comparações .....	191
10.5	Princípios.....	192
10.6	Aspectos gerais do processo licitatório .....	194
10.7	Modalidades.....	197
10.7.1	Pregão.....	197
10.7.2	Concorrência .....	197
10.7.3	Concurso.....	198
10.7.4	Leilão .....	198
10.7.5	Diálogo competitivo .....	198
10.8	Fases do processo licitatório .....	199
10.8.1	Fase preparatória.....	200
10.8.2	Divulgação do edital de licitação .....	201
10.8.3	Apresentação de propostas e lances .....	202
10.8.4	Julgamento .....	202
10.8.5	Habilitação.....	204
10.8.6	Recursal .....	205
10.8.7	Homologação .....	206
10.9	Contratação direta .....	206
10.9.1	Inexigibilidade .....	206
10.9.2	Dispensa .....	207
10.10	Instrumentos auxiliares .....	211
10.10.1	Credenciamento.....	211
10.10.2	Pré-qualificação .....	211
10.10.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	212
10.10.4	Sistema de registro de preços .....	212
10.10.5	Registro cadastral .....	213
10.11	Nulidades da licitação .....	214
10.12	Irregularidades .....	214
	Bibliografia .....	214

## CAPÍTULO 11

CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO .....	215	
11.1	Considerações preliminares.....	215
11.2	Tipologia.....	216
11.3	Legislação básica .....	216
11.4	Incidência.....	217

11.5	Contratos sujeitos à Lei nº 14.133/2021.....	218
11.5.1	Contrato de compra .....	218
11.5.2	Contrato de obras .....	219
11.5.3	Contrato de serviços.....	219
11.5.4	Contrato de locação.....	220
11.6	Prerrogativas da Administração.....	220
11.6.1	Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	221
11.6.2	Extinção unilateral do contrato .....	222
11.6.3	Fiscalização da execução .....	222
11.6.4	Aplicação de sanções ante inexecução total ou parcial .....	222
11.6.5	Ocupação provisória de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.....	223
11.7	Formalização .....	223
11.8	Garantias.....	224
11.9	Alocação de riscos .....	225
11.10	Duração do contrato.....	226
11.11	Outros aspectos da execução .....	227
11.12	Alteração dos contratos e dos preços .....	228
11.13	Recebimento do objeto.....	230
11.14	Extinção dos contratos .....	230
11.15	Pagamento .....	232
11.16	Nulidade dos contratos .....	233
11.17	Meios alternativos de resolução de controvérsias .....	233
11.18	Infrações e sanções administrativas.....	234
11.19	Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos .....	236
11.20	Controle das contratações .....	236
11.21	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.....	238
11.22	Novas figuras contratuais .....	238
11.22.1	Convênios e consórcios – Aspectos gerais .....	239
11.22.1.1	Convênios .....	239
11.22.1.2	Consórcios .....	243
11.22.2	Outras figuras .....	244
	Bibliografia .....	246

## CAPÍTULO 12

<b>BENS PÚBLICOS .....</b>	<b>247</b>	
12.1	Introdução ao tema .....	247
12.2	Terminologia .....	247
12.3	Síntese histórica .....	248
12.4	Conceito .....	249
12.5	Tipologia.....	249
12.5.1	Critério da natureza .....	249
12.5.2	Critério dos aspectos geográficos.....	249
12.5.3	Critério dos titulares .....	250
12.5.4	Critério da destinação.....	251
12.6	Afetação e desafetação.....	253
12.7	Regime jurídico geral.....	253
12.8	Uso de bens públicos por particulares .....	256
12.8.1	Regime jurídico.....	256
12.8.2	Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos .....	257
12.9	Aquisição de bens públicos.....	260
12.10	Alienação de bens públicos.....	262
12.11	Notas a respeito de alguns bens públicos.....	265
12.11.1	Terras devolutas.....	265
12.11.2	Terrenos de marinha .....	266
12.11.3	Terrenos marginais ou reservados .....	267
12.11.4	Terras indígenas.....	267
12.11.5	Ilhas .....	268
	Bibliografia .....	268

## CAPÍTULO 13

<b>SERVIDORES PÚBLICOS.....</b>	<b>271</b>	
13.1	Introdução ao tema .....	271
13.2	Legislação .....	271
13.3	Terminologia .....	272
13.4	Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	273

13.4.1	Noção .....	274
13.4.2	Acessibilidade.....	274
13.5	Cargos públicos .....	276
13.5.1	Noção .....	276
13.5.2	Tipologia.....	277
13.5.3	Vacância .....	279
13.5.4	Provimento.....	279
13.6	Regime jurídico.....	281
13.6.1	Regime estatutário.....	281
13.6.2	Regime celetista .....	282
13.6.3	Regime especial .....	282
13.7	Principais normas do regime estatutário .....	283
13.7.1	Vencimento, remuneração e subsídio.....	283
13.7.1.1	Natureza .....	284
13.7.1.2	Fixação e revisão.....	284
13.7.1.3	Irredutibilidade.....	285
13.7.1.4	Limite de remuneração.....	285
13.7.1.5	Vantagens.....	287
13.7.2	Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade .....	288
13.7.3	Acumulação de cargos.....	289
13.7.4	Exercício de mandato eletivo.....	290
13.7.5	Férias e décimo terceiro salário .....	290
13.7.6	Licenças.....	291
13.7.7	Direito de greve .....	291
13.7.8	Sindicalização.....	292
13.7.9	Aposentadoria e pensão .....	293
13.7.9.1	Legislação básica .....	293
13.7.9.2	O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos .....	294
13.7.9.3	Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas .....	298
13.7.9.4	Regime de previdência complementar.....	299
13.7.9.5	Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de atividade .....	300
13.7.9.6	Regras de transição .....	300
13.7.9.6.1	Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior.....	301
13.7.9.6.2	Situação de quem já é aposentado .....	301
13.7.9.7	Pensões.....	301
13.7.10	Deveres.....	302
13.8	Responsabilidade dos servidores.....	304
13.8.1	Responsabilidade criminal.....	305
13.8.2	Responsabilidade civil.....	306
13.8.3	Responsabilidade administrativa.....	306
13.8.3.1	Responsabilidade fiscal .....	307
13.9	Poder disciplinar .....	307
13.10	Regime disciplinar.....	308
13.10.1	Competência legal .....	308
13.10.2	Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego.....	308
13.10.3	Legalidade das infrações .....	308
13.10.4	Legalidade das sanções .....	310
13.10.5	Prescritibilidade.....	311
13.10.6	Motivação .....	311
13.11	Processo administrativo disciplinar .....	311
13.11.1	Noção e terminologia.....	311
13.11.2	Comissões processantes .....	312
13.11.3	Sindicância.....	312
13.11.4	Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão.....	313
13.12	Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar .....	315
	Bibliografia .....	316

## CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO .....	317	
14.1	Terminologia .....	317
14.2	Caracterização.....	317
14.3	Princípios diretores .....	319
14.4	Tipologia.....	320
14.5	Modos de prestação .....	321
14.6	Concessão de serviço público.....	321
14.6.1	Conceito legal e características .....	322
14.6.2	Concessão de serviço precedida de obra pública .....	323
14.6.3	Outros tipos de concessão.....	323

14.6.4	Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95.....	324
14.6.5	Motivação da outorga de concessão ou permissão .....	324
14.6.6	Serviço adequado .....	324
14.6.7	Direitos e deveres dos usuários.....	325
14.6.8	Política tarifária.....	325
14.6.9	Licitação .....	326
14.6.10	Contrato de concessão .....	327
14.6.11	Encargos do concedente .....	328
14.6.12	Encargos da concessionária .....	328
14.6.13	Intervenção.....	328
14.6.14	Extinção da concessão.....	329
14.7	Permissão e autorização de serviço público .....	329
14.8	Arrendamento e franquia.....	331
14.9	Parceria público-privada .....	331
14.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	333
	Bibliografia .....	334

## CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA .....	337	
15.1	Introdução ao tema .....	337
15.2	Síntese evolutiva .....	337
15.3	Crítica à noção. Contestação à crítica .....	338
15.4	Caracterização do poder de polícia .....	339
15.5	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	340
15.6	Fundamentos e finalidades .....	340
15.7	Regime jurídico geral.....	341
15.8	Campos de atuação .....	342
15.9	Manifestações do poder de polícia .....	342
15.10	Limites.....	343
15.11	Sanções decorrentes do poder de polícia.....	344
15.12	Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	344
15.13	Extensão excepcional do poder de polícia.....	345
15.14	Particulares no exercício do poder de polícia?.....	345
	Bibliografia .....	345

## CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	347	
16.1	Introdução ao tema .....	347
16.2	Noção e objetivo .....	347
16.3	Restrições administrativas em geral .....	348
16.4	Tombamento .....	348
16.5	Ocupação temporária.....	350
16.6	Requisição.....	351
16.7	Servidão administrativa .....	351
16.8	Desapropriação .....	352
16.8.1	Noção .....	352
16.8.2	Legislação .....	353
16.8.3	Fundamento .....	355
16.8.4	Requisitos constitucionais da indenização .....	356
16.8.5	Bens expropriáveis .....	358
16.8.6	Competência.....	360
16.8.7	A declaração expropriatória e seus efeitos .....	360
16.8.8	Desapropriação por acordo.....	361
16.8.9	Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação .....	362
16.8.10	Ação expropriatória: imissão provisória na posse .....	362
16.8.11	Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos .....	363
16.8.12	Desistência da desapropriação .....	364
16.8.13	Destinação dos bens expropriados e retrocessão.....	364
16.8.14	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo .....	367
	Bibliografia .....	368

## CAPÍTULO 17

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	369	
17.1	Introdução ao tema .....	369
17.2	Síntese evolutiva.....	369
17.3	A responsabilidade objetiva.....	370
17.4	A responsabilidade objetiva na legislação brasileira .....	371

17.5	O §6º do art. 37 da CF .....	372
17.6	A reparação do dano.....	374
17.7	Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade .....	375
17.8	Panorama dos casos de responsabilidade.....	376
17.9	Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais .....	376
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.....	377
	Bibliografia .....	377

## CAPÍTULO 18

	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	379
18.1	Controle, democracia e corrupção .....	379
18.2	Tipologia.....	380
18.2.1	Controles e os novos preceitos da LINDB .....	380
18.3	Controles internos .....	381
18.3.1	Recursos administrativos .....	381
18.3.2	Autocontrole.....	386
18.3.3	Controle hierárquico.....	387
18.3.4	Controle de gestão.....	387
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição.....	388
18.3.6	Supervisão .....	388
18.3.7	Pareceres vinculantes.....	388
18.3.8	Ouvidor.....	389
18.3.9	Controle financeiro.....	389
18.3.10	Controle da Administração indireta.....	389
18.4	Controle parlamentar.....	390
18.5	Controle do Tribunal de Contas.....	392
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i> .....	394
18.7	Controle jurisdicional da Administração.....	394
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional.....	395
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário .....	395
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa .....	395
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional.....	397
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional .....	399
18.7.6	A Administração em juízo .....	399
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração .....	407
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo .....	408
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo .....	414
18.7.9	Ação popular.....	415
18.7.10	Ação civil pública .....	417
18.7.11	<i>Habeas data</i> .....	418
18.7.12	Ação de improbidade administrativa.....	420
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração .....	426
	Bibliografia .....	427

	BIBLIOGRAFIA.....	429
--	-------------------	-----

	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	439
--	----------------------------------	-----